

Pós-Graduação, Escola Básica e a Política Educacional no Brasil



Entrevista com
Clarilza Prado

Professora titular da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Pesquisadora senior da Fundação Carlos Chagas, instituição em que também coordena o CIERS-ED.

Graduada em Psicologia (1968), Mestre em Psicologia da Educação (1979) e Doutora na área de Currículo (1979) pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

É pós-graduada pela Ecole des Hautes Etudes en Science Sociales e pela Universidad de Harvard.

Atualmente, coordena a Área de Educação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Comitê Científico Scielo/Educ@ e a Cátedra UNESCO de Profissionalidade Docente, esta uma organização acadêmica que reúne 34 grupos de pesquisas em torno da problemática da formação do professor.

Dialogia – Considerando a atual realidade da Educação Básica no país, mesmo com o retorno da democracia, parece que o estabelecimento de uma política de pós-graduação em educação, desde sua implantação pelo regime militar na década de 60, não tem resultado em melhorias significativas no desempenho das escolas. Qual a avaliação que a senhora faz desse processo? O que há de verdadeiro nessa interpretação? O que falta?

Clarilza Prado – A pergunta é complexa e pode ser analisada considerando vários aspectos. Primeiramente, sobre a Educação Básica. Quanto a este aspecto, o que os dados têm mostrado é que houve realmente uma ampliação extraordinária do número de vagas nas escolas. Estamos, hoje, perto de um pleno acesso dos alunos às escolas. Realmente, a ampliação do acesso não veio acompanhada do mesmo nível de qualidade de ensino que era oferecido a uma parcela pequena da população. O grande desafio continua sendo, portanto, o de melhorar a qualidade. Mas o que temos observado é que mesmo essa qualidade vem apresentando significativa melhora a cada ano. Se tomarmos a escala do SAEB, mesmo considerando que há muito a ser feito, observa-se progresso mesmo em regiões que antes não apresentavam sequer acesso à Escola Básica e que, agora, além do pleno acesso, tem registrado melhoria nos indicadores de qualidade. Com relação à Pós-Graduação, posso afirmar com segurança que a produção de conhecimento oferecido nesta área apresenta, atualmente, sem dúvida, melhor nível e maior quantidade. As avaliações feitas deixam claro que as dissertações e teses, em sua grande maioria, avançaram em profundidade e impacto social. Evidentemente, toda essa qualidade também está apoiada no que foi feito no passado, isto é, no desenvolvimento de políticas que permitiram estruturar a pós-graduação no Brasil. Nesse aspecto, a CAPES – Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior tem um papel decisivo. Posso afirmar, portanto, que a CAPES tem, sim, uma grande responsabilidade pelo nível de qualidade que a pós-graduação de todas as áreas de conhecimento *vêm* apresentando.

Dialogia – Com os processos de internacionalização impactando também a educação, haveria uma tendência a certa adequação de critérios advindos dos grandes centros produtores de conhecimento e, em

consequência, uma uniformização dos programas de pós-graduação stricto sensu?

Clarilza Prado – Os programas de Pós-Graduação *stricto sensu* vêm *buscando e realizando* processos diversos de internacionalização. Contudo, a orientação básica que temos imprimido nesses processos é sempre de uma ação equilibrada, horizontal, nunca de subserviência. Ao contrário, muitos programas nossos têm sido convidados a fornecer assessoria a outros programas no exterior. O nível de nossa pós-graduação, hoje, é um dos melhores do mundo, e nos convênios ou contatos estabelecidos procura-se sempre buscar o que existe de melhor no mundo, para construir parcerias que fortaleçam temas específicos e aperfeiçoem ainda mais nossas pesquisas.

Dialogia – **Em que medida, diante dos elementos contextuais atuais, a Universidade brasileira ainda preserva sua autonomia?**

Clarilza Prado – A universidade pública brasileira adquirirá maior autonomia *segundo* um percentual adequadamente definido no planejamento orçamentário da União, dos estados e dos municípios. Entendo, no entanto, que a autonomia envolve um processo de responsabilidade social. Nesses termos, não compreendo autonomia como independência, em que cada universidade define por sua conta como irá educar, o que e porque irá ensinar.

Dialogia – **Quais são suas principais expectativas em relação ao futuro da Universidade brasileira, seja ela pública ou privada?**

Clarilza Prado – Com a ampliação do acesso ao ensino superior de uma população que não frequentou uma boa escola, compete às universidades prepararem-se para atender a ela. Não existe mais tempo para um saudosismo anacrônico de uma população que “outrora” era muito boa. Compete à universidade recuperar, rever e preparar a população de agora. Os alunos estão com dificuldades de escrever? Serão necessários cursos paralelos de apoio. Não sabem matemática? Quais providências estão sendo tomadas? O ensino superior precisa se modificar, atualizar-se e adaptar-se às novas exigências, à nova população que está chegando à universidade. Grande parte dela constitui a primeira geração da

família que chega ao nível superior de educação. Seus pais, na maioria das vezes, não terminaram a Educação Básica. Nesse sentido, a entrada na universidade tem para esses alunos e, principalmente, para seus pais um sentido especial, que muitas vezes não é percebido pelos professores e pela própria IES. Carregam toda uma esperança de anteriores gerações familiares de ascensão social. É preciso que a universidade compreenda isso e habilite tais alunos para viverem seu novo futuro. Um futuro em que eles precisam adquirir competência para viver sem poderem se apoiar na cultura familiar, uma vez que essa família ainda não adquiriu os recursos culturais e sociais que pudessem sustentar seus filhos para enfrentar os novos desafios.

Dialogia – Qual o papel dos periódicos científicos de educação na produção nacional de conhecimento? Eles competem deletoriamente com os livros, que representam o formato tradicional na área?

Clarilza Prado – Os periódicos da área educacional vêm adquirindo importância cada vez mais significativa. Em primeiro lugar, permitem divulgação e acesso ao conhecimento produzido de forma democrática e rápida. Os bons periódicos estão, na sua totalidade, com acesso livre na internet, permitindo a todos consulta rápida e efetiva sobre quaisquer temas. No entanto, após a divulgação em um periódico, é fundamental reunir em livros, em coletâneas aqueles artigos que têm uma permanência maior, um significado mais efetivo para a área. Os livros deveriam representar, assim, um veículo de sedimentação das publicações divulgadas em periódicos. Ocorre, porém, que muitas vezes são produzidos livros com artigos que não passariam em um comitê científico de uma revista qualificada. Na área de Educação, mais e mais os livros apresentam melhor nível e o processo de classificação deles nessa área específica da CAPES tem ajudado muito no sentido de aperfeiçoar os que serão publicados. Grande parte deles tem comissão científica e as editoras vêm procurando se adequar aos critérios que definem um livro de boa qualidade.

Dialogia – Para melhorar a produção científica nacional e seu impacto na produção mundial de conhecimento na área de educação, quais os caminhos que a pós *stricto sensu* deve trilhar?

A melhoria da produção científica nacional passa, em primeiro lugar, pelo fortalecimento dos grupos de pesquisa, do financiamento e do apoio às atividades de pesquisa. Em seguida, é preciso que os livros e periódicos possam ser divulgados em várias línguas, ou pelo menos em inglês, para garantir a leitura de pesquisadores de todo o mundo. Temos pesquisas e trabalhos significativos que, no entanto, não têm a divulgação internacional necessária e aos quais, muitas vezes, falta divulgação até mesmo em nível nacional.

Dialogia – A implantação de mestrados profissionais em educação responde a demandas específicas da área de educação? Qual (is)?

Clarilza Prado – Os mestrados profissionais são definidos pela CAPES como uma política de Estado. Na área de Educação, devem impactar, preferencialmente, a Educação Básica, com estudos e produção de alternativas voltadas ao aperfeiçoamento desse nível de ensino. Seu credenciamento na CAPES exige um corpo docente qualificado, que tenha construído uma articulação teoria/prática e que tenha, portanto, uma produção científica que inclua produtos técnicos e acadêmicos. Espera-se, assim, dos mestrados profissionais que tenham um impacto sócio educacional efetivo e sejam um espaço de inovação metodológica, tecnológica e científica.

Dialogia – Em que medida o Mestrado Profissional vem ao encontro das reais necessidades do Brasil?

Clarilza Prado – Os mestrados profissionais procuram atender as necessidades do Brasil de produzir alternativas metodológicas e técnicas que possam subsidiar medidas mais efetivas em termos de políticas públicas. Em que pesem os inúmeros diagnósticos, teses e dissertações produzidas, processos de planejamento e implantação de políticas públicas na área de educação, eles são realizados sem considerar esses imensos conhecimentos produzidos. Nesse sentido, espera-se que esses mestrados consigam oferecer subsídios mais práticos que possam articular os fundamentos e as pesquisas já desenvolvidas na área de educação pelos mestrados e doutorados *stricto sensu*.

Dialogia – Que tipos de produtos diferentes (ou diferenciados) se espera das dissertações no âmbito dos mestrados profissionais?

Clarilza Prado – Além de uma formação de alto nível dos alunos, espera-se que os mestrados profissionais produzam materiais didáticos, planejamentos e projetos fundamentados e testados em contextos específicos, como alternativas concretas para superação de problemas do sistema de ensino ou de uma unidade escolar, contribuições para o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da aprendizagem dos alunos, da formação de professores e da gestão de uma escola.

Dialogia – Muitos educadores e pesquisadores sustentam que, apesar de todos os recursos tecnológicos sabidamente disponíveis, o professor ainda é figura central no processo pedagógico. Qual a sua posição face a isso?

Clarilza Prado – Não tenho dúvida da importância dos recursos tecnológicos para garantir um ensino de qualidade. Acho também que os professores devem se apropriar cada vez mais dessas possibilidades, para tornar sua ação mais efetiva. Considero, no entanto, que o professor não será substituído por recursos tecnológicos, mesmo porque sempre será necessário um professor para planejar tais recursos. Na verdade, isto é um mito ultrapassado, ou melhor, um medo do passado, quando não se conheciam bem as possibilidades e alcances da tecnologia educacional.

Dialogia – A senhora acha que a maioria das universidades, brasileiras e estrangeiras, públicas e privadas, se rendeu às necessidades dos mercados de trabalho?

Clarilza Prado – A universidade deve contribuir com a formação de profissionais para o mundo do trabalho. Entretanto, quando a universidade se transforma em agência de treinamento de empresas, ela perde a possibilidade de contribuir para o desenvolvimento do mundo do trabalho e da sociedade, além de reduzir e limitar a formação de seus alunos. A produção de conhecimento, um dos pilares da universidade, não pode estar condicionada unicamente pelos interesses de mercado em uma dada sociedade. É preciso que a universidade reflita em suas ações as necessidades da sociedade, procurando sempre encontrar meios que favoreçam o resgate da dívida social contraída por um desenvolvimento desigual que penalizou grande parte da população.